



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Corregedoria Regional

**Relatório de Correição Ordinária na
5ª Vara Federal
Seção Judiciária do Rio de Janeiro**

15 a 19/01/2018



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Corregedoria Regional

TRF2
Fls 81

Desembargadora Federal Nizete Antônia Lobato Rodrigues Carmo

Corregedora Regional da Justiça Federal da 2ª Região



Sumário

1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA.....	5
2. METODOLOGIA UTILIZADA.....	6
3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL	8
3.1. Servidores em teletrabalho.....	8
4. GESTÃO DA SECRETARIA	9
5. GESTÃO DE METAS.....	10
5.1. Metas internas	10
5.2. Classificação de desempenho	10
5.3. Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ.....	11
5.3.1. Meta nº 1 CNJ/2017 (Foco: Produtividade)	11
5.3.2. Meta nº 2 CNJ/2017 (Foco: Celeridade).....	11
5.3.3. Meta nº 3 CNJ/2017 (Foco: Conciliação).....	13
5.3.4. Meta nº 4 CNJ/2017 (Foco: Improbidade Administrativa).....	13
5.3.1. Meta nº 5 CNJ/2017 (Foco: Processos de execução)	14
5.3.2. Meta nº 6 CNJ/2017 (Foco: Ações Coletivas).....	15
6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO	17
6.1. Produção e classificação de sentenças	17
6.2. Acervo concluso	17
6.3. Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 227, CNCR)	18
6.4. Audiências	21
7. EVOLUÇÃO DO ACERVO	22
7.1. Acervo da unidade	22
7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo entre Varas e/ou Juizados Especiais Federais mesma competência	23
7.2.1. Acervo total.....	23
7.2.2. Acervo ativo.....	24
7.2.3. Acervo suspenso.....	25
8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO	27
8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários.....	27
8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio à Magistrada.....	27
9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO.....	28



9.1.	Balcão de entrada	28
9.2.	Processos em segredo de justiça	28
9.3.	Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (arts. 42, §2º c/c 227 e 228, CNCR) 29	
9.4.	Documentos pendentes de juntada.....	31
9.5.	Remessa externa	31
10.	ações e situações sujeitas à verificação obrigatória.....	33
11.	PROCESSOS SUSPENSOS.....	35
12.	RPVs e PRECATÓRIOS	37
13.	BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS	38
14.	LIVROS E PASTAS	39
15.	INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA	40
16.	ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR	42
17.	BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS	44
18.	COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES	45
19.	ENCERRAMENTO	47



1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA

A correição ordinária na 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (05VF-RJ), de 15 a 19/01/2018, realizada em cumprimento ao disposto nos artigos 6º, III, da Lei 11.798/2008, c/c 1º a 13 e 26, da Resolução nº 496/2006, e 1º e 4º, I, da Resolução nº 49/2009, ambas do Conselho da Justiça Federal (CJF); 24, III, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2); 38 a 46 da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (CNCR) e da Portaria nº TRF2-PTC-2017/00141, alterada pelas Portarias nº TRF2-PTC-2017/00154, 307, 488 e 494 da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região, foi previamente comunicada ao Ministério Público Federal – MPF/RJ (2017/7726 e 2018/00338 e) e MPF/ES (2017/7760 e 2018/00343), à Defensoria Pública da União – DPU/RJ (2017/7323 e 2018/00322) e DPU/ES (2017/7755 e 2018/00317), à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ (2017/7747 e 2018/00346) e OAB/ES (2017/7748 e 2018/00344), a Advocacia Geral da União – AGU (2017/7744 e 2018/00341) e à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 2ª Região – PRFN (2017/7752 e 2018/00335).

Relatórios e mapas estatísticos da unidade correicionada foram extraídos do sistema de acompanhamento processual da 1ª Instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro (APOLO) e do Portal de Estatísticas da 2ª Região (PORTAL), antes, durante e, complementarmente, depois da semana da Correição.

A abertura da correição ordinária, foi consignada em ata, anexa, subscrita pelos Meritíssimos Juizes Federais FIRLY NASCIMENTO FILHO, titular, e SÉRGIO BOCAYUVA TAVARES DE OLIVEIRA DIAS, substituto da unidade correicioanada, e pela equipe de servidores designados na supracitada Portaria para realizar os trabalhos, coordenados pelo Assessor Judiciário, FABIO ALDROVANDO, Técnico Judiciário dos quadros do TRF2.



2. METODOLOGIA UTILIZADA

A DD. Corregedora Regional determinou a presença de dois ou mais servidores nas unidades com acervo majoritariamente físico ou eletrônico, pelo menos num dos dias destinados aos trabalhos, para verificar sobretudo a regularidade dos livros obrigatórios, a adequação de guarda e depósito de bens, mídias e documentos apreendidos ou acautelados em Juízo, de processos físicos ainda existentes, as condições de infraestrutura, inclusive de informática, disponíveis para atender ao público, servidores e magistrados, tudo visando aferir a regularidade das rotinas das secretarias e trâmite dos documentos físicos e digitalizados (cf. Portaria CR2 nº TRF2-PTC-2017/00141, de 07/04/2017).

Constatado no Painel de Indicadores, em 10/01/2018, a existência de 3.445 processos (2.522 ativos e 923 suspensos), sendo 1.121 físicos e 2.324 digitais, nos trabalhos presenciais, além das verificações obrigatórias, a equipe de servidores designados pela DD. Corregedora colheu informações do Diretor de Secretaria, Oficial de Gabinete e Supervisores mormente sobre:

(i) A ministração de curso de capacitação técnica aos servidores-gestores pelas Seções Judiciárias, em cumprimento ao disposto no art. 5º, §5º, da Lei 11.416/2006¹ para atividades-fins, gestão de pessoas e de processos de trabalho, e qual o tempo consumido mensalmente nessas tarefas;

(ii) As metas internas que orientam a unidade e como os gestores monitoram o cumprimento das metas nacionais estabelecidas pelo E. Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

(iii) O fluxo do processamento dos feitos judiciais, especialmente: (a) forma de seleção dos processos prioritários (pedido de tutela de saúde, valor econômico expressivo, etc.); (b) organização da Secretaria para absorver eventual distribuição de demandas de massa; (c) a interlocução entre os servidores que processam feitos na Secretaria e os de apoio ao gabinete, visando à triagem de feitos para sentença e minimizando conversões em diligência por falhas no processamento; (d) a certificação do trânsito em julgado

¹ art. 5º. Integram os Quadros de Pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União as Funções Comissionadas, escalonadas de FC-1 a FC-6, e os Cargos em Comissão, escalonados de CJ-1 a CJ-4, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(...)

§2º. As funções comissionadas de natureza gerencial serão exercidas preferencialmente por servidores com formação superior.

§ 3º. Consideram-se funções comissionadas de natureza gerencial aquelas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão, especificados em regulamento, exigindo-se do titular participação em curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão.

§4º. Os servidores designados para o exercício de função comissionada de natureza gerencial que não tiverem participado de curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão deverão fazê-lo no prazo de até um ano da publicação do ato, a fim de obterem a certificação.

§5º. A participação dos titulares de funções comissionadas de que trata o § 4º deste artigo em cursos de desenvolvimento gerencial é obrigatória, a cada 2 (dois) anos, sob a responsabilidade dos respectivos órgãos do Poder Judiciário da União.

(...)



e correta identificação da fase de cumprimento de sentença, com efetivo registro dos movimentos respectivos no APOLO; (e) o procedimento utilizado para dar celeridade à baixa dos feitos.

(iv) A utilização dos sistemas de informática conveniados disponibilizados para uso pelas Secretarias e eventual necessidade de capacitação específica dos servidores para manuseá-los;

(v) As boas práticas e/ou dificuldades identificadas para realizar as tarefas diárias.



3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL

Denominação: 05ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (05VF-RJ)

Data de instalação: 10/05/1967

Endereço: Av. Rio Branco, 243, anexo II, 4º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ.

Juiz **Titular:** FIRLY NASCIMENTO FILHO, desde 01/01/2001.

Juiz Federal Substituto: SERGIO BOCAYUVA TAVARES DE OLIVEIRA DIAS, desde 09/04/2014

Diretora de Secretaria: RACHEL ALKABES

Competências: cível

Quadro de Pessoal desde a última correição

Correições	Analistas Judiciários	Técnicos Judiciários	Técnicos Jud. de Segurança	Requisitados	Total de Servidores	Quadro previsto
Nov/15	3	7	1	0	11	15
Jan/18	3	7	0	1	11	15

A unidade judiciária perdeu recentemente 1 (uma) servidora, que pediu exoneração, e está treinando 2 (dois) novos servidores. A Diretora relata a ocorrência de rotatividade no quadro nos últimos 5 (cinco) anos, com perda de 2 servidores por motivo de saúde e aposentadoria e 2 permutas a pedido.

3.1. Servidores em teletrabalho

Há 1 (uma) servidora em teletrabalho, respeitando o limite máximo de 30% dos servidores em efetiva atividade na unidade de lotação (art. 5º da Resolução nº TRF2-RSP-2014/00013). A Diretora encaminha à Secretaria Geral da Seção Judiciária relatório trimestral de acompanhamento de desempenho dos servidores estabelecido no Anexo II da aludida resolução, o último em 17/01/2018.



4. GESTÃO DA SECRETARIA

A gestão da Secretaria do Juízo é feita pela Diretora RACHEL ALKABES, nomeada pela Egrégia Presidência do TRF2; pelos Supervisores JORGE FERREIRA GOMES e TAMARA FIETO RIBEIRO, e pelo Oficial de Gabinete MARCELLO GAMBOA TROTTA, todos bachareis em Direito, com capacitação ministrada pela SJRJ a cada dois anos (artigo 5º, §§2º e 5º, da Lei 11.416/2006).

Os servidores com função gerencial admitem receber da Seção Judiciária, em média, 67% da capacitação idealizada para o bom exercício de suas atividades (elaboração de minutas e tarefas cartorárias, gestão de pessoas e de processos de trabalho).

Os serviços da Secretaria são inspecionados uma vez por ano pelo Magistrado no exercício da titularidade. Na última Inspeção Judicial Ordinária, de 20 a 24/03/2017, não foram solicitadas providências à Corregedoria (art. 13, III e IV, da Lei nº 5.010/1966), e tampouco há registro de Inspeção Extraordinária nos serviços cartorários.



5. GESTÃO DE METAS

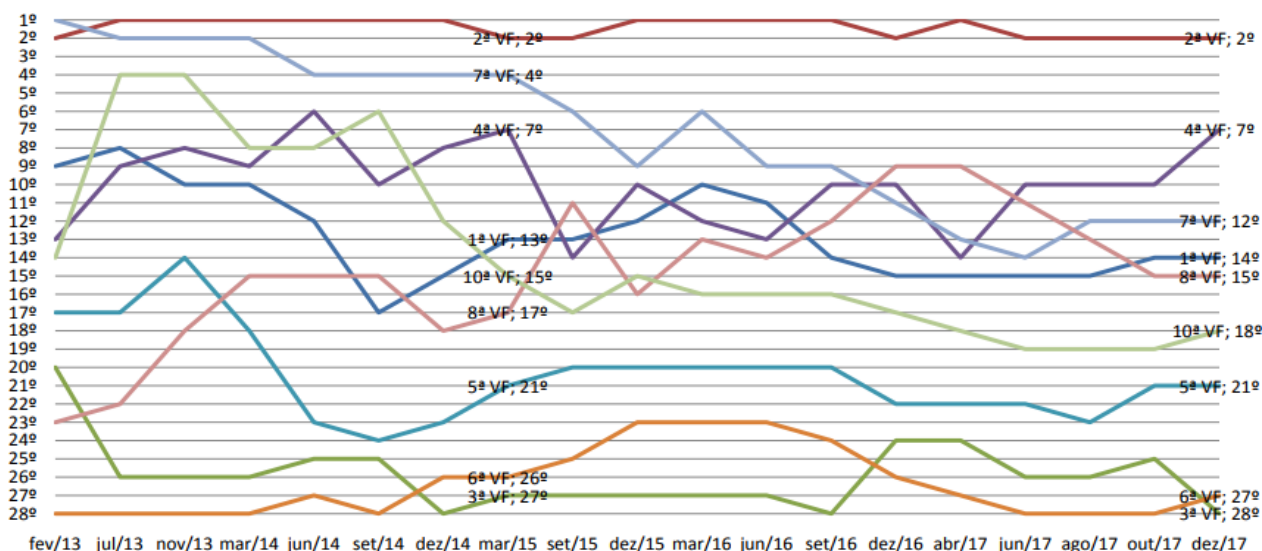
5.1. Metas internas

A Diretora informou a dinâmica de atividades diárias obriga realizar mutirões para solucionar estrangulamentos no processamento. Informou que até o ano 2016 a Vara Federal adotava o limite máximo de 90 dias desde a abertura de conclusão para a prolação de sentenças. Atualmente, o Juízo empreende esforços para alcançar o limite de 100 dias para julgamento desde que constatado o encerramento da instrução processual.

A Diretora de Secretaria buscou capacitação pessoal no final de 2017 para participar ativamente do projeto de digitalização do acerto. Independentemente da ação da central de digitalizações fixou a meta de cada servidor digitalizar 1 (um) processo por dia. Recentemente a unidade cedeu 1 (uma) estagiária de nível médio do quadro para atuar no mutirão de digitalizações.

5.2. Classificação de desempenho

GRÁFICO DE EVOLUÇÃO NA CLASSIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DAS VARAS CÍVEIS DA CAPITAL NO PERÍODO DE FEV/13 A DEZ/17



Nos últimos dois anos a unidade oscilou entre a 20 e a 23ª posição no ranking classificatório entre as unidades semelhantes, mas não vislumbra soluções para elevar a posição.

5.3. Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ

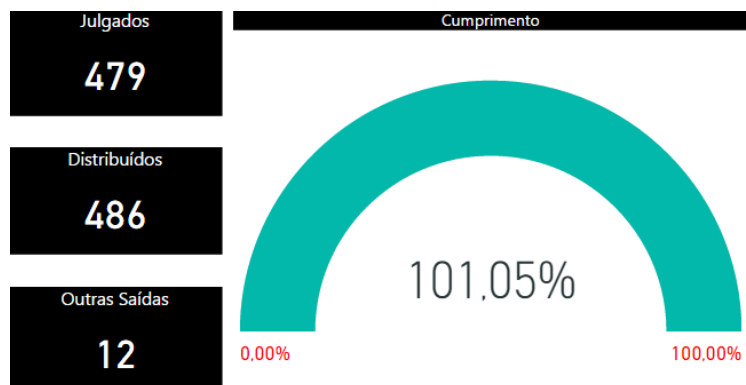
TRF2
Fls 90

Aplicam-se à Vara Federal correccionada as metas n° 1 (Produtividade), 2 (Celeridade), 3 (Consiliação), 4 (Improbidade), 5 (Processos de Execução) e 6 (Ações Coletivas), dentre as 6 (seis) Metas Nacionais aprovadas pela Justiça Federal para 2017.

5.3.1. Meta n° 1 CNJ/2017 (Foco: Produtividade)

“Meta 1: julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”²

O órgão recebeu, por distribuição, 486 processos em 2017 e julgou 479, cumprindo 101,05% da meta n° 1 CNJ/2017.



Fonte: PORTAL, acesso em 16/01/2018.

5.3.2. Meta n° 2 CNJ/2017 (Foco: Celeridade)

“Meta 2: identificar e julgar até 31/12/2017 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 no

² A Meta 1 tem por foco a produtividade e a prevenção à formação de estoque de processo. Para isso, preconiza o julgamento de quantidade maior de processos, inclusive recursos, do que os distribuídos no ano corrente. Nos termos do Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário, por julgamento entende-se “a primeira decisão tendente a pôr fim ao processo ou incidente em cada instância dos tribunais”. Quanto aos incidentes, são considerados pela meta aqueles que suspendem o processo principal ou dele tramitem em separado, com observância à tabela das classes processuais consideradas na meta.

Para aferir o cumprimento, os tribunais não precisam julgar exclusivamente os processos distribuídos no ano de medição, ou seja, podem julgar inclusive os casos distribuídos em anos anteriores, desde que o quantitativo de ações objeto de primeira decisão tendente a pôr-lhes fim supere o quantitativo de distribuídos no ano corrente. Portanto, a Meta 1 estimula o monitoramento do fluxo processual, com observância às “entradas e saídas” ou, de forma mais precisa, a relação entre os processos “distribuídos e julgados”.

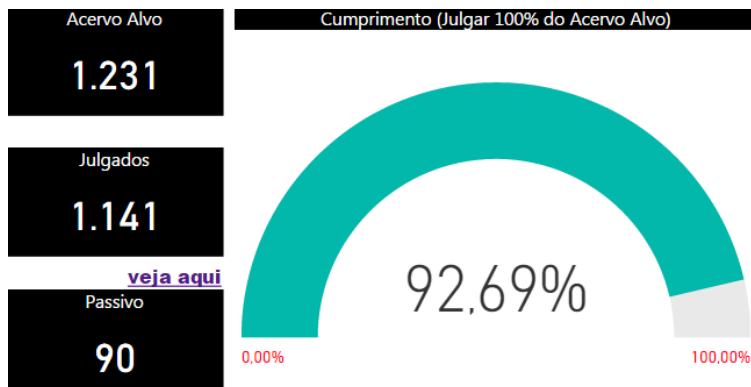
Com isso, busca-se prevenir a formação de estoques e estimular a adoção de medidas gerenciais sobre o acervo total de processos nos tribunais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 9).



1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais”.

Quadro relativo aos juízos de 1º e 2º graus

(julgados 1.141% dos 1.231 processos-alvo no 1º grau até 31/12/2017).



Fonte: PORTAL, acesso em 16/01/2018.

Amostra de processos analisados pendentes da Meta nº 2 CNJ/2016:

Processo	Classe	Objeto da ação	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Data último Movim.
0439210-29.1900.4.02.5101	OPÇÃO DE NACIONALIDADE	Nacionalidade - Direito Internacional	sim	Juntada de ofício	09/01/18
0006776-04.1987.4.02.5101	ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS	Adicional de Tempo de Serviço - Sistema Remuneratório e Benefícios	sim	Baixa – Findo	11/01/18
0025917-76.2005.4.02.5101	CAUTELAR INOMINADA	Penalidades - Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância	não	Conclusão para despacho	30/10/17
0026210-46.2005.4.02.5101	ÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Penalidades - Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância	não	Intimação de despacho - publicação	14/12/17
0001380-45.2007.4.02.5101	ORDINÁRIA/IMÓVEIS	Quitação - Sistema Financeiro da Habitação - Direito Civil	não	Conclusão para despacho	11/09/17
0018060-08.2007.4.02.5101	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Enquadramento - Regime Estatutário - Direito Processual	sim	Intimação de despacho - publicação	12/01/18
0025034-61.2007.4.02.5101	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Reclamações e Inquéritos Trabalhistas - Direito Processual	não	Conclusão para despacho	12/01/18
0029262-79.2007.4.02.5101	AÇÃO CIVIL	Telefonia - Serviços Delegados a Terceiros:	sim	Conclusão para	17/07/17



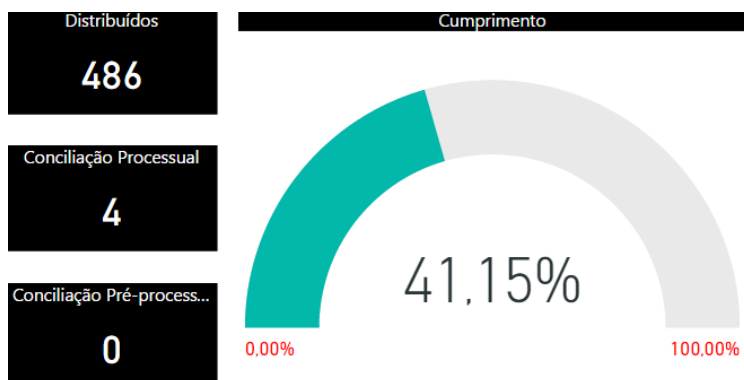
	PÚBLICA	Concessão/Permissão/Autorização – Responsabilidade Civil		sentença	
0022549-54.2008.4.02.5101	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Linha de Crédito - Contratos/Civil/Comercial/Econômico e Financeiro - Processo Civil	não	Conclusão para despacho	09/11/17

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

Sugestão da equipe de correição: priorizar o julgamento dos processos objeto da Meta nº 2 CNJ/2017.

5.3.3. Meta nº 3 CNJ/2017 (Foco: Conciliação)

“Meta 3: fomentar o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos”³



Fonte: PORTAL, acesso em 16/01/2018.

Sugestão da equipe de Correição: incluir a meta CNJ de conciliação entre os objetivos mensais a serem alcançados.

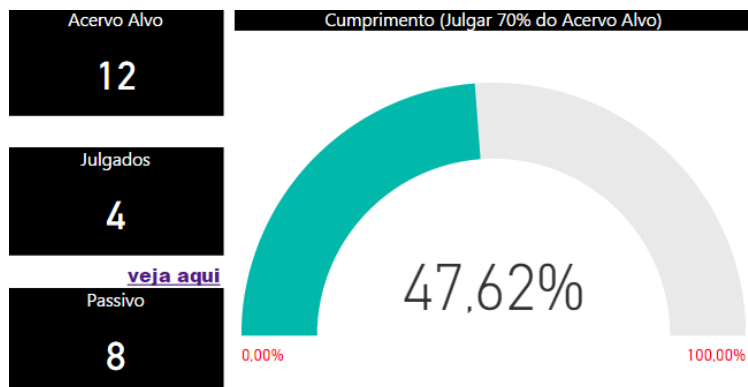
5.3.4. Meta nº 4 CNJ/2017 (Foco: Improbidade Administrativa)

“Meta 4: identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014”⁴

³ Assumida como compromisso pelos segmentos da Justiça Federal, da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho, a Meta 3 tem como foco a conciliação, que objetiva potencializar a desjudicialização, por meio de formas alternativas de solução de conflitos, possibilitando às partes a solução pacífica, autocompositiva e célere dos litígios. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 25).

O órgão julgou 35,71% dos 8 processos-alvo da Meta nº 4 CNJ/2016.

TRF2
Fls 93



Fonte: PORTAL, acesso em 16/01/2018.

Sugestão da equipe de correição: priorizar o julgamento dos processos objeto da Meta nº 4 CNJ/2017.

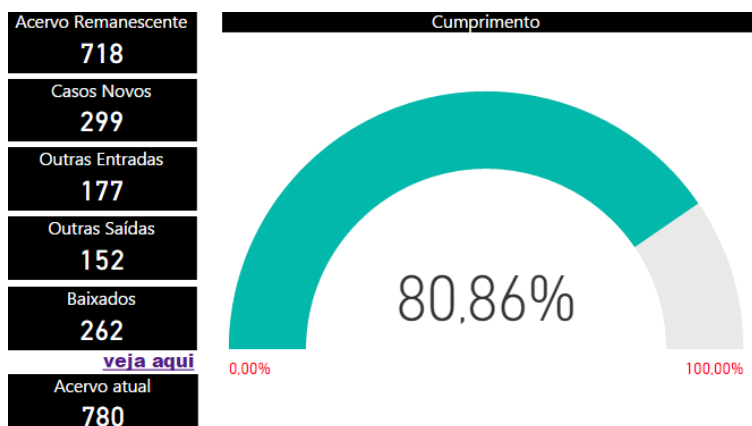
5.3.5. Meta nº 5 CNJ/2017 (Foco: Processos de execução)

“Meta 5: baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente”⁵

Cumpridos 80,86% da meta nº 5 CNJ/2017.

⁴ A Constituição Federal Brasileira preceitua a legalidade e a moralidade como alguns dos princípios da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios. A improbidade administrativa e os crimes contra a Administração Pública, atos impregnados de desonestidade que desvirtuam a função pública e desrespeitam a ordem jurídica, atentam principalmente contra esses princípios. Assim, a Meta 4, voltada à celeridade na tramitação das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, busca atender aos anseios da sociedade, que espera do Poder Judiciário uma resposta tempestiva nos processos que visam à persecução das condutas violadoras dos princípios da Administração Pública, dos deveres de probidade e da coisa pública. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 27).

⁵ A execução das decisões judiciais é um dos principais desafios do Judiciário brasileiro, tendo em vista os diversos fatores que interferem na atuação da justiça nessa fase processual, tais como a dificuldade de localizar bens do executando ou a de indicação, pelo credor, de bens do devedor passíveis de execução. A execução fiscal visa à satisfação do crédito pertencente à fazenda pública federal, estadual ou municipal; e a execução de natureza não fiscal envolve pessoas físicas ou jurídicas particulares. É importante observar que a meta não contemplou execuções penais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 32).



Fonte: PORTAL, acesso em 16/01/2018.

Amostra de processos analisados pendentes da Meta nº 5 CNJ/2016:

Processo	Julgado pendente de cumprimento	Data de trânsito em julgado	Mov. Regular em 12 meses?*	Último Movim.	Data último Movim.
0000147-62.1997.4.02.5101	Atualização de Conta - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	Certidão de fls. 279-verso (STJ) não informa a data do trânsito	não	Intimação de decisão	15/01/18
0000348-58.2014.4.02.5101	Execução de Dívida - Sistema Financeiro da Habitação	N/A	não	Conclusão para despacho	23/11/17
0000533-96.2014.4.02.5101	Pensão - Benefícios - Servidor Público Militar	Certidão de fls. 195 não informa a data do trânsito	não	Conclusão para despacho	12/12/17
0000549-16.2015.4.02.5101	Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Responsabilidade Civil	N/A	não	Juntada de apelação	13/11/17
0000575-05.2001.4.02.5101	Empréstimo - Contratos/Civil/Comercial/Eco nômico e Financeiro	N/A	não	Juntada de petição	28/09/17

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

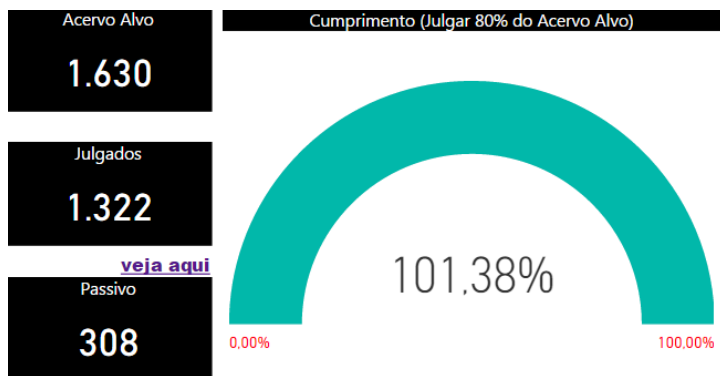
Sugestão da equipe de correição: (i) estabelecer estratégia de gestão para elevar a quantidade de processos baixados em relação aos casos novos em execução, (ii) informar a data do trânsito em julgado na respectiva certidão.

5.3.6. Meta nº 6 CNJ/2017 (Foco: Ações Coletivas)



“Meta 6: 80% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus.”⁶

O órgão julgou 101,38 % dos processos-alvo da Meta 6 CNJ/2017:



Fonte: PORTAL, acesso em 16/01/2018.

Fonte: PORTAL, acesso em 3/7/2017.

⁶ Conforme o glossário e esclarecimentos feitos aos TRF's pelo CNJ, a Meta 6 de 2017 visa priorizar o julgamento das ações coletivas e tem a seguinte redação:

- FAIXA 3: 70% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus;
- FAIXA 2: 80% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus;
- FAIXA 1: 85% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus.

A meta estará cumprida quando o percentual de cumprimento for igual a 100% nas instâncias e nos períodos de referência, observando as seguintes faixas para cada Tribunal Regional Federal:

- TRF1 → Faixa 3
- TRF2 → Faixa 2
- TRF3 → Faixa 3
- TRF4 → Faixa 2
- TRF5 → Faixa 1

**6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO****6.1. Produção e classificação de sentenças**

A unidade correccionada produziu 981 sentenças nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/01/2017 a 31/12/2017), com média de 81 sentenças/mês, assim classificadas pelo Juízo:

Tipo	Descrição	Quantidade
A	Fundamentação individualizada	302
B1	Homologatória de acordo	4
B2	Repetitiva (padronizada)	433
C	Sem resolução do mérito	152

Fonte: APOLO, Módulo de Consultas, Relatório de estatística de sentenças por Juiz, acesso em 10/01/2018.

A verificação da correta classificação das sentenças pelo Magistrado, obrigatória nas correições ordinárias (Resolução CJF 535/2006, arts. 219 a 221, da CNCR, Provimento Conjunto TRF n.º 03/2008, e Ofícios-Circulares T2-OCI-2010/00004, 2011/00013, e 2011/00099), foi feita com a seleção aleatória dos processos listados abaixo, nos quais se constatou o cumprimento da exigência:

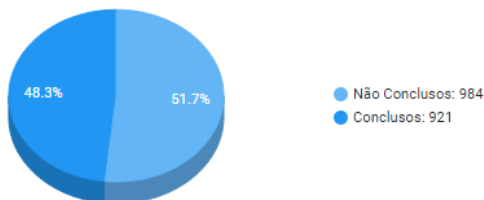
TIPO A	TIPO B1	TIPO B2	TIPO-C
0101992-73.2016.4.02.5101	0132728-11.2015.4.02.5101	0000283-20.2001.4.02.5101	0022546-07.2005.4.02.5101
0001685-82.2014.4.02.5101	0052028-82.2014.4.02.5101	0063827-88.2015.4.02.5101	0136718-10.2015.4.02.5101
0106992-20.2017.4.02.5101	0002970-08.2017.4.02.5101	0052533-73.2014.4.02.5101	0043420-61.2015.4.02.5101
0149932-97.2017.4.02.5101	0156671-23.2016.4.02.5101	0003534-89.2014.4.02.5101	0004595-19.2013.4.02.5101
0133112-71.2015.4.02.5101	----	0086907-81.2015.4.02.5101	0030075-96.2013.4.02.5101

Fonte: PORTAL, acesso em 10/01/2018

6.2. Acervo concluso



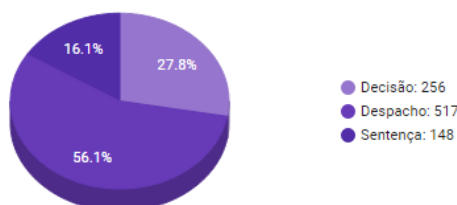
Conclusos x Não Conclusos Até 11/01/2018



Total: 2482

Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 11/01/2018

Conclusos (Fase 11) Até 11/01/2018

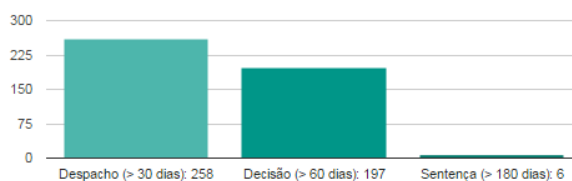


Total: 1260

Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 11/01/2018

6.3. Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 227, CNCR)

Conclusão Vencida Até 11/01/2018



Total: 692

Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 11/01/2018

O Painel de Indicadores da Corregedoria (acessado em 11/01/2018), indica haver 25 processos aguardando sentença há mais de 180 dias (art. 227, III, CNCR), inspecionados os mais antigas a saber:

Conclusos para sentença



Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias concluso
0024122-59.2010.4.02.5101	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Proventos de Inatividade - Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Processual Civil	886	05/05/17	250
0032238-49.2013.4.02.5101	ORDINÁRIA/OUTRAS	Entidades Administrativas / Administração Pública - Compra e Venda – Contratos	274	05/05/17	250
0503687-94.2016.4.02.5101	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Dano ao Erário Público - Responsabilidade Civil - Direito Civil	917	10/05/17	246
0025066-51.2016.4.02.5101	CAUTELAR EXIBIÇÃO	Documentos - Registros Públicos - Serviços - linha de Crédito - Contratos	403	15/05/17	241
0012917-91.2014.4.02.5101	ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS	Benefícios - Servidor Público Militar	188	17/05/17	238
0086141-28.2015.4.02.5101	ORDINÁRIA/OUTRAS	Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade Civil - Conta Corrente - Contratos	195	25/05/17	230

Inspecionados os feitos a seguir listados no Painel de Indicadores, há mais tempo conclusos para decisão ou despacho além dos prazos do art. 227, I e II, CNCR:

Conclusos para decisão

Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias concluso
0000321-37.1998.4.02.5101	ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS	Reajuste de 28,86%/ Lei 8.622/93 e 8.627/93 - Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil	479	05/05/17	251
0503851-59.2016.4.02.5101	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Alienação fiduciária - Espécies de contrato - Obrigações - Direito Civil	27	09/05/17	247
0095979-24.2017.4.02.5101	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Linha de Crédito - Contratos - Direito Civil	88	11/05/17	245
0000089-25.1998.4.02.5101	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário	296	11/05/17	245
0073345-69.1996.4.02.5101	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Pensão - Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público	337	11/05/17	245
0129589-22.2013.4.02.5101	EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA	Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração	490	18/05/17	237
0000147-62.1997.4.02.5101	ORDINÁRIA/OUTRAS	Atualização de Conta - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Entidades Administrativas/Administração Pública	695	23/05/17	233
0137808-	ORDINÁRIA/SERVI	Enquadramento - Regime Estatutário -	147	26/05/17	230



19.2016.4.02.5101	DORES PÚBLICOS	Servidor Público Civil - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil			
0138160-74.2016.4.02.5101	EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÚBLICA	Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar		26/05/17	230
0094491-68.2016.4.02.5101	EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÚBLICA	Gratificações de Atividade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil	540	26/05/17	230 No portal está errado

Conclusos para despacho

Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias concluso
0007496-96.2009.4.02.5101	EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Linha de Crédito - Contratos/Civil/Comercial/Econômico e Financeiro - Direito Civil	313	17/07/17	178
0005778-25.2013.4.02.5101	ORDINÁRIA/OUTRAS	Inquérito/Processo/Recurso Administrativo - Atos Administrativos - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração	218	17/07/17	178
0077991-88.1997.4.02.5101	ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS	Reajuste de 28,86%/ Lei 8.622/93 e 8.627/93 - Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público	21	24/07/17	171
0146937-19.2014.4.02.5101	ORDINÁRIA/OUTRAS	Atualização de Conta - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Entidades Administrativas/Administração Pública	92	01/08/17	163
0017514-40.2013.4.02.5101	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Reforma - Sistema Remuneratório - Militar - Promoção - Regime - Servidor Público Militar	121	01/08/17	163
0128157-94.2015.4.02.5101	ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS	Aposentadoria - Benefícios - Servidor Público Civil - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil	489	01/08/17	163
0500642-48.2017.4.02.5101	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Direito Tributário	15	01/08/17	163
0042074-46.2013.4.02.5101	AÇÃO MONITÓRIA	Empréstimo - Contratos - Direito Civil	84	02/08/17	162
0008246-20.2017.4.02.5101	AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	Alienação fiduciária - Espécies de contrato - Obrigações - Direito Civil	66	02/08/17	162



0002076- 37.2014.4.02.5101	ORDINÁRIA/IMÓV EIS	Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade Civil - Revisão Contratual - Sistema Financeiro da Habitação - Direito Civil	392	02/08/17	162
-------------------------------	-----------------------	---	-----	----------	-----

Sugere-se priorizar a prolação de sentença nos 25 processos conclusos além do prazo de 180 dias (art. 227, III, CNCR), bem como as decisões e despachos conclusos além dos prazos 60 e 30 dias (227, I e II, CNCR).

6.4. Audiências

Nos últimos 12 meses (01/01/2017 até 31/12/2017) foram designadas 86 audiências.

A Diretora de Secretaria relatou haver casos de remarcação de audiências por falta de cumprimento de todos os atos preparatórios do ato judicial, por exemplo ausência de intimação de todas as partes.

Sugere-se a adoção de planilhas eletrônicas de controle tarefas preparatórias de audiências como a divulgada na 3ª Mostra de Práticas Inovadoras (ano 2014) promovida pela Seção Capacitação da SJRJ e compartilhada através do órgão, conforme notícia disponível em <https://intranet.ifrj.jus.br/antena-jus/noticia/4a-mostra-de-praticas-inovadoras-abre-espaco-para-novas-ideias>.



7. EVOLUÇÃO DO ACERVO

7.1. Acervo da unidade

Mês : Dezembro Vara : 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Tipo de Processo

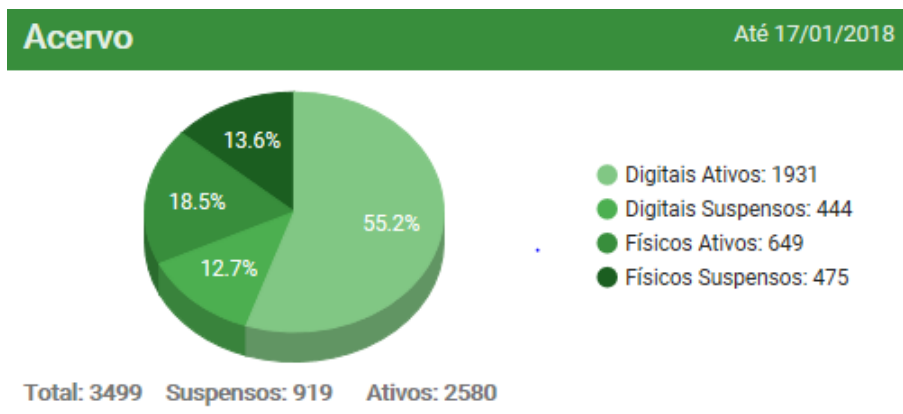
Medidas

Situação Processo

Ano

			Eletrônico	Físico	Total
Processos	Trâmite	2013	1151	1045	2196
		2014	1354	940	2294
		2015	1597	830	2427
		2016	1835	784	2619
		2017	1872	644	2516
	Suspensão	2013	98	507	605
		2014	200	484	684
		2015	297	482	779
		2016	381	505	886
		2017	446	481	927
	Recurso TRF-2	2013	460	1212	1672
		2014	618	950	1568
		2015	690	756	1446
		2016	756	660	1416
		2017	786	547	1333
Total			12541	10827	23368

Fonte: PORTAL, acesso em 17/01/2018



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 17/01/2018



Resumo comparativo da evolução do acervo do juízo correccionado:

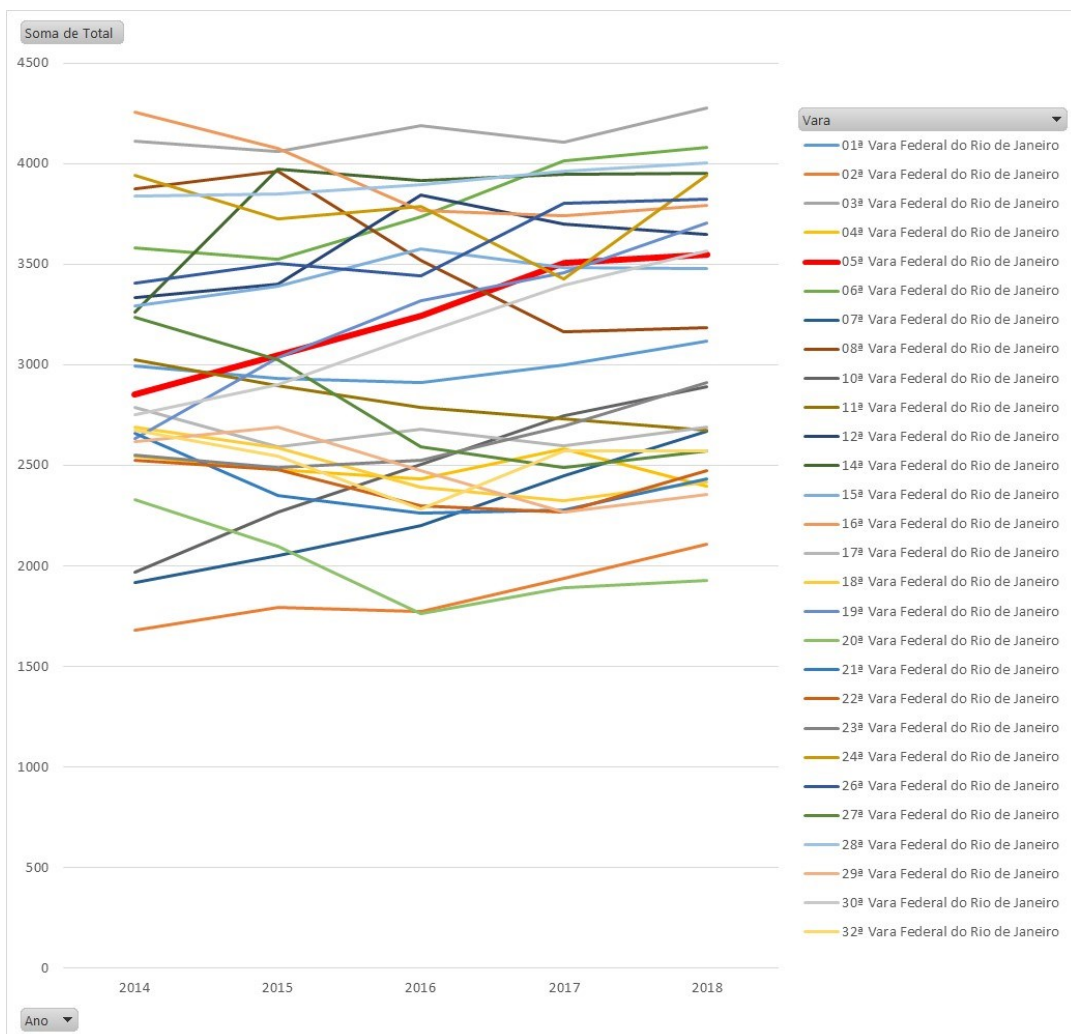
TRF2
Fls 102

	Correição jun/2014*	Correição nov/2015*	Correição jan/2018
Total	4.471	4.658	4.776
Suspensos	597	767	927
Remetidos para julgar recurso	1.628	1.475	1.333
Tramitação ajustada	2.246	2.416	2.516

*Dados obtidos nas Correições anteriores, revisados pelo Portal de Estatísticas em 17/01/2018

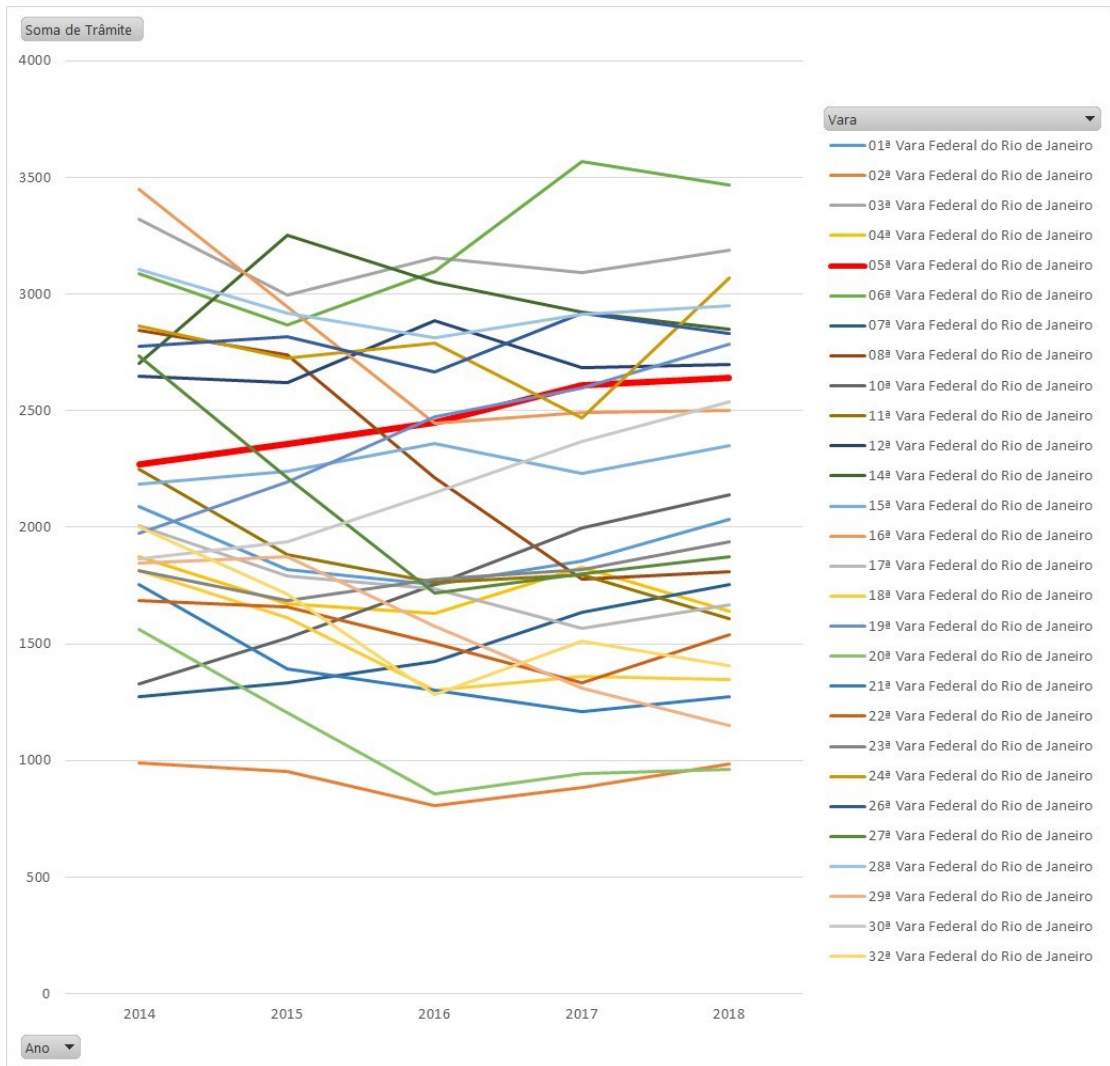
7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo entre Varas e/ou Juizados Especiais Federais mesma competência

7.2.1. Acervo total



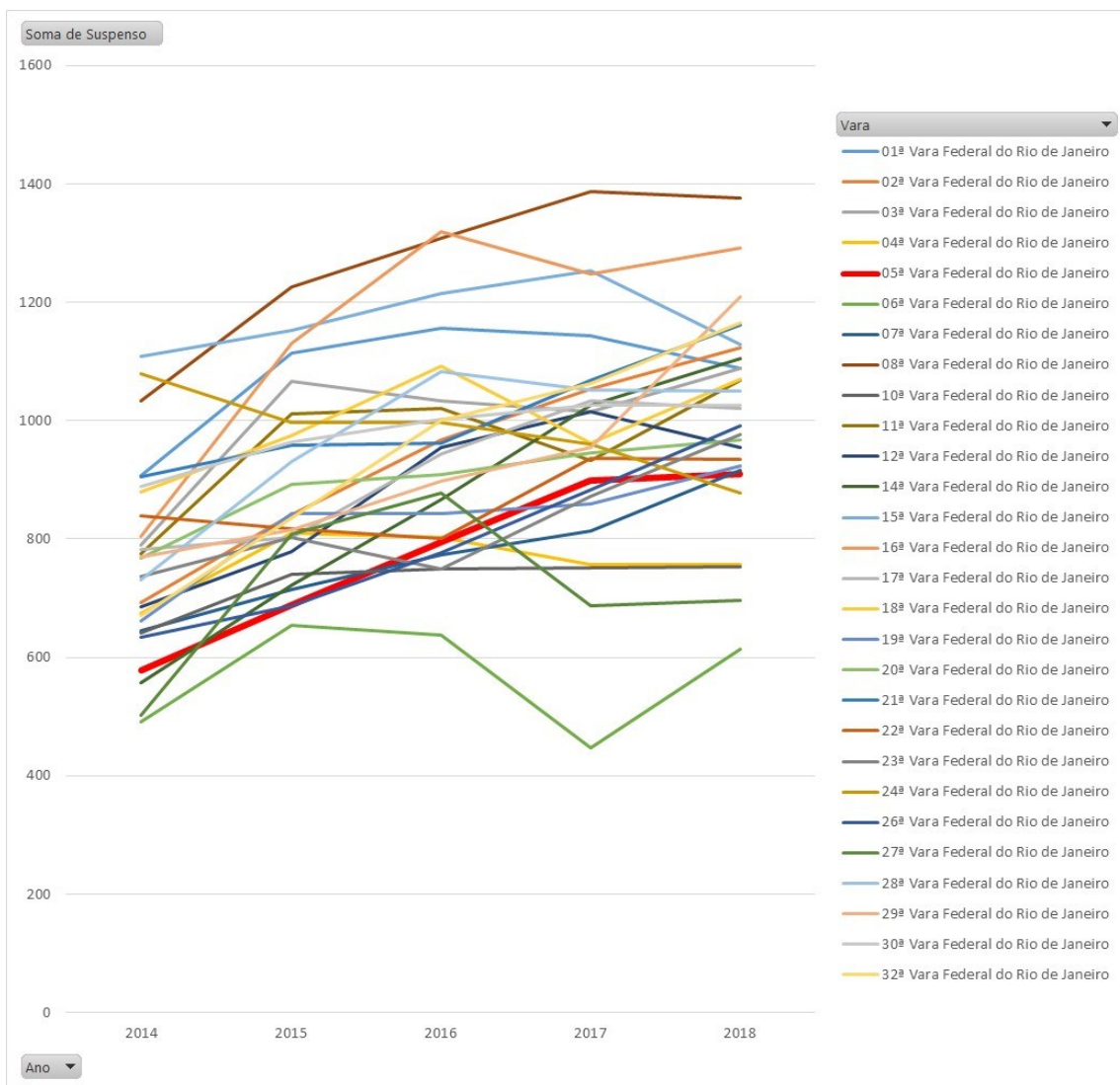
Fonte: APOLO, em 17/01/2018

7.2.2. Acervo ativo



Fonte: APOLO, em 17/01/2018

7.2.3. Acervo suspenso



Fonte: APOLO, em 17/01/2018



8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO

8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários

A Vara Federal prioriza o processamento das ações relativos a direitos difusos ou coletivos, tais como Ações Cíveis Públicas, Populares e Mandados de Segurança coletivos, além dos pedidos de tutela de urgência.

8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio à Magistrada

Os servidores afirmaram que a triagem dos processos aparentemente aptos para julgamento é feita na Secretaria durante o processamento. Os autos são julgados em ordem cronológica. Contudo, a verificação do encerramento da fase instrutória é feita no momento em que os servidores do gabinete redigem a minuta da sentença, provocando conversões em diligência.

Sugere-se registrar a abertura de conclusão para sentença somente após a triagem (mensal, semanal ou diária, conforme as possibilidades do Juízo) dos feitos entregues pelos servidores da Secretaria aos que prestam apoio aos Gabinetes, de forma que não permaneçam paralisados por longo período processos cuja instrução não foi concluída e, portanto, não estão aptos para julgamento.





9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

TRF2
Fls 107

9.1. Balcão de entrada

Documento	Classe/Endereço	Motivo	Identificador	Data Entrada	Usuário	Situação	Gabinete/Vara
0016790-80.2006.4.02.5101	1004	Novo Documento Cadastrado	0016790-80.2006.4.02.5101	31/08/2006 16:42	JRJBVD		05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
0007130-81.2014.4.02.5101	1004	Novo Documento Cadastrado	0007130-81.2014.4.02.5101	04/06/2014 08:42	JRJGCC		05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
0024669-94.2013.4.02.5101	1004	Remessa Interna	0024669-94.2013.4.02.5101	15/12/2017 13:26	TRFRDD		05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
0044113-45.2015.4.02.5101	1004	Remessa Interna	0044113-45.2015.4.02.5101	15/12/2017 13:33	T212002		05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
0049189-55.2012.4.02.5101	4010	Retificação	0049189-55.2012.4.02.5101	15/12/2017 16:59	JRJATF		05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
0000709-12.2013.4.02.5101	12001	Remessa Interna para Cálculos elaborados	0000709-12.2013.4.02.5101	18/12/2017 18:31	JRJULI		05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
0506353-05.2015.4.02.5101	1005	Remessa Interna	0506353-05.2015.4.02.5101	19/12/2017 13:47	T212002		05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
0001912-72.2014.4.02.5101	4002	Remessa Interna	0001912-72.2014.4.02.5101	19/12/2017 13:49	T212002		05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
0012856-75.2010.4.02.5101	4002	Remessa Interna	0012856-75.2010.4.02.5101	19/12/2017 13:54	T212002		05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
0230539-97.2017.4.02.5101	1003	ART 286 (antigo 253) Distribuição por Dependência	0230539-97.2017.4.02.5101	19/12/2017 15:21	JRJVTD		05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
0225335-72.2017.4.02.5101	5013	ART 286 (antigo 253) Distribuição por Dependência	0225335-72.2017.4.02.5101	19/12/2017 15:32	JRJBXL		05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
0158386-37.2015.4.02.5101	4002	Juntada - Suspensão reativada (PARCELAMENTO)	0158386-37.2015.4.02.5101	04/01/2018 01:01	JRJTKY		05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
0026783-79.2009.4.02.5101	4002	PROCESSAR	0026783-79.2009.4.02.5101	09/01/2018 16:31	JRJUEG		05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
0022313-92.2014.4.02.5101	12005	Remessa, Carga Para TRF - 2ª Região por motivo de Pr	0022313-92.2014.4.02.5101	09/01/2018 16:31	JRJIEG		05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
0225855-32.2017.4.02.5101	5013	ART 286 (antigo 253) Distribuição por Dependência	0225855-32.2017.4.02.5101	10/01/2018 20:17	JRJURM		05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
0001069-10.2014.4.02.5101	5013	Juntada - Suspensão reativada (OUTROS - FASE CONH	0001069-10.2014.4.02.5101	11/01/2018 01:01	JRJUWL		05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
0228677-91.2017.4.02.5101	4002	Distribuição-Sorteio Automático	0228677-91.2017.4.02.5101	11/01/2018 15:51	JRJLOT		05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
0232105-81.2017.4.02.5101	4002	Distribuição-Sorteio Automático	0232105-81.2017.4.02.5101	11/01/2018 15:51	JRJLOT		05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
0232110-06.2017.4.02.5101	4002	Distribuição-Sorteio Automático	0232110-06.2017.4.02.5101	11/01/2018 15:51	JRJLOT		05ª Vara Federal do Rio de Janeiro

No dia 25/01/2018, às 12:12 horas, existiam 92 processos sendo o mais antigo o de 31/08/2006, o nº 0016790-80.2006.4.02.5101 aguardando movimentação cartorária, inspecionados os mais antigos:

Data de entrada	Número	Classe/Natureza	Observação
31/08/06	0016790-80.2006.4.02.5101	1004	Trata-se de inconsistência do sistema APOLO em processo que foi recentemente digitalizado e cujas movimentações estão regulares
04/06/14	0007130-81.2014.4.02.5101	1004	Trata-se de inconsistência do sistema APOLO em processo que foi recentemente digitalizado e cujas movimentações estão regulares
15/12/17	0024669-94.2013.4.02.5101	1004	Último movimento: remessa interna para a vara, ora correicionada e redistribuição dirigida, ambos em 15/12/17
15/12/17	0044113-45.2015.4.02.5101	1004	Último movimento: remessa interna para a vara, ora correicionada e redistribuição dirigida, ambos em 15/12/17
15/12/17	0049189-55.2012.4.02.5101	4010	Último movimento: remessa interna para a vara, ora correicionada em 15/12/17

9.2. Processos em segredo de justiça

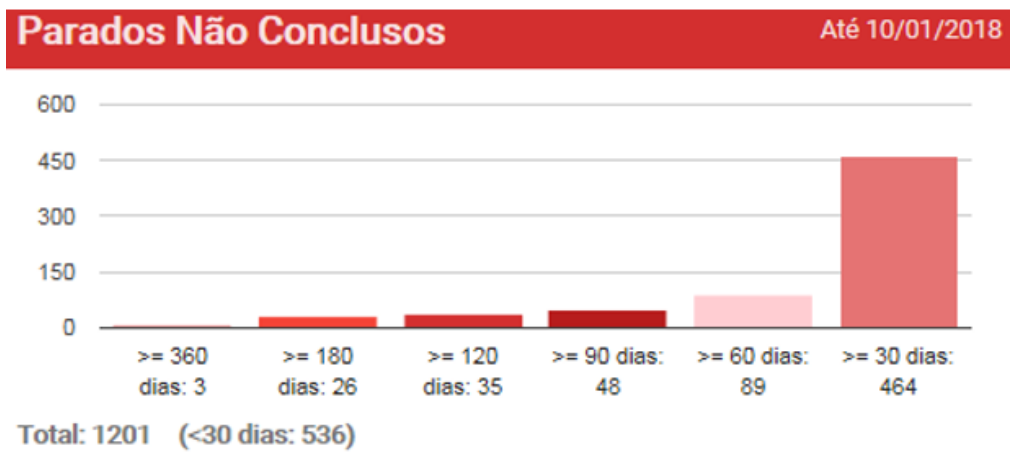


Posição em	10/01/2018
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	13
Documento	29
Total Geral	42

Fonte: PORTAL, acesso em 09/01/2018

Número	Classe	Tipo de segredo	Fls. da decisão de segredo	Observação
07716284419004025101	1005	documento	Fls 06	-
00476309819914025101	4002	documento	Fls 36	-
00788804219974025101	5008	documento	----	Ressalte-se que não foram carregadas as peças da referida data. O despacho que determinou o segredo é do dia 21/11/2012, anterior ao início da digitalização do processo.
00185808019984025101	1005	documento	Fls 56	-

9.3. Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (arts. 42, §2º c/c 227 e 228, CNCR)



Fonte: PAINEL, acesso em 25/01/2018

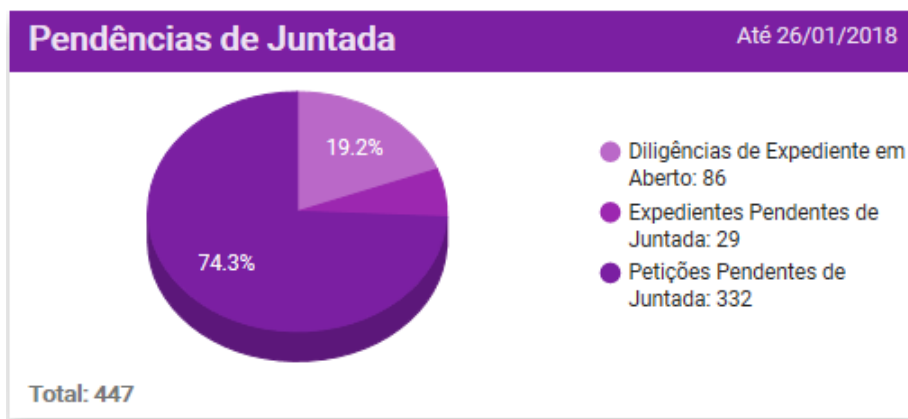
Estão sem movimentação, além dos prazos fixados na CNCR, 665 processos, equivalentes a 26,35% do acervo com tramitação ativa.

Processos inspecionados

Processo	Classe	Mov. regular em 12 meses?*	Último Movim.	Dias sem mov.	Data último Movim.
0158386-37.2015.4.02.5101	4002	não	juntada	510	05/07/16
0021414-07.2008.4.02.5101	5013	não	Suspensão por não localização do devedor	425	23/11/16
0030993-32.2015.4.02.5101	1005	não	Suspensão por aguardar decisão de instância superior	395	05/12/16
0032507-93.2010.4.02.5101	4002	não	Suspensão por outros/ fase-processo execução	374	16/01/17
0001069-10.2014.4.02.5101	5013	não	juntada	365	25/01/17
0016434-22.2005.4.02.5101	5012	não	Movimentação cartorária tipo aguardando resposta de ofício	310	23/03/17
0006965-10.2009.4.02.5101	5013	não	Devolução de remessa disponível mas não recebido	279	17/04/17
0142500-95.2015.4.02.5101	4002	não	Movimentação cartorária tipo processamento	272	24/04/17
0016960-76.2011.4.02.5101	1003	não	Remessa interna para a vara, ora correicionada	240	26/05/17
0009579-46.2013.4.02.5101	1001	não	Remessa interna para prestação de esclarecimento ao Juízo	237	29/05/17

Sugere-se identificar e movimentar os processos não concluídos que aguardam movimentação pela Secretaria do Juízo além do prazo estabelecidos na CNCR (art. 228).

9.4. Documentos pendentes de juntada



Fonte: PAINEL, acesso em 26/01/2018

Inspeccionadas as petições que aguardam juntada há mais tempo:

Data de entrada	Número da petição	Processo	Síntese do pedido	Dias que aguard a juntar	Local do processo
09/05/00	2000.0005.152530-8	0013474-16.1993.4.02.5101	Sem descrição	6480	TRF
28/05/03	2003.0005.241697-6	0013474-16.1993.4.02.5101	Sem descrição	5475	TRF
08/03/97	1997.0005.056379-2	0062851-53.1993.4.02.5101	Sem descrição	7665	TRF
11/11/02	2002.0005.452703-2	0022106-55.1998.4.02.5101	Sem descrição	2190	TRF
03/10/02	2002.0005.389761-8	0032296-09.2000.4.02.5101	Sem descrição	2170	TRF

Sugere-se regularizar as petições com cadastro antigo apontadas como pendentes no Painel de Indicadores da Corregedoria.

9.5. Remessa externa

Constam 63 processos físicos com prazos de remessa externa vencidos:

**10. AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA**

A Resolução CJF 496/2006 estabelece que “o exame dos processos pode ser feito por amostragem e tanto quanto possível, serão vistas as **ações civis públicas, ações populares, mandados de segurança coletivos, ações de improbidade administrativa, ações relacionadas a interesses metaindividuais e processos criminais com réus presos**, que tramitam na unidade, tendo em vista sua especial relevância para a atividade jurisdicional e o possível efeito “erga omnes” das decisões.

A Vara Federal possui no acervo:

Classe	Em trâmite	Suspensos	Total
Ação Civil Pública	11	01	12
Ação Civil Pública/Improbidade Administrativa	17	01	26
Outras ações/Improbidade Administrativa	00	00	01
Ações Populares	06	00	07
Mandados de Segurança Coletivas	02	01	12

Processo	Classe	Objeto da ação	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Data último Movim.
0029262-79.2007.4.02.5101	6001	Responsabilidade civil.	sim	Conclusão para sentença.	17/07/17
0008418-21.2001.4.02.5101	6006	Anulação de ato administrativo.	sim	Conclusão para despacho	12/01/18
0013683-52.2011.4.02.5101	6006	Fraude em procedimento de licitação.	sim	Remessa, Carga para MPF	15/01/18
0014648-59.2013.4.02.5101	6006	Apreensão/indisponibilidade e de bens/responsabilidade civil	Sim	Conclusão para despacho.	19/12/17
0102119-79.2014.4.02.5101	6001	Fiscalização/exercício profissional. Adequação e reposição de enfermeiros – Hospital Maternidade Maria	Sim	Conclusão para despacho.	24/08/17



		Amélia Buarque de Holanda.			
0027949-68.2016.4.02.5101	6002	Expedição/liberação de documentos; responsabilidade civil.	Sim	Juntada.	11/12/17
0012163-52.2014.4.02.5101	6006	Atos e procedimentos administrativos.	Sim	Remessa, Carga para MPF.	18/12/17
0009137-51.2011.4.02.5101	6001	Nulidade de licença ambiental referente à Central de Tratamento de Resíduos Santa Rosa.	Sim	Intimação de despacho.	05/01/18
0030311-48.2013.4.02.5101	6001	Atos e procedimentos administrativos. Contratação temporária por excepcional interesse público – INCA.	Sim	Conclusão para despacho.	19/12/17

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

Não, há, portanto, s.m.j., irregularidade no processamento desses feitos atribuível à unidade correicionada.





11. PROCESSOS SUSPENSOS

A Diretora de Secretaria informou não haver servidores suficientes para rever periodicamente o acervo que aguarda o julgamento de processos-paradigma ou recursos nas instâncias superiores. Assim, a reativação dos autos sobrestados ocorre apenas quando o TRF2 informa o resultado do julgamento através do SIGA. Não são registrados no APOLO os números dos processos paradigmas, tampouco há registro de data para revisão dos feitos suspensos nos escaninhos físicos.

O registro da suspensão no APOLO, com anotação precisa do motivo e a descrição do termo inicial e final auxilia a verificação dos prazos, prevenindo a paralisação de autos por tempo indefinido. Contudo, em 10/01/2018 havia registro no sistema APOLO de 942 processos suspensos, sendo 225 há mais de 5 anos, 173 com motivo genérico (“Outras suspensões”):

Processos	Classe	Ano Inicial	Mês Inicial	Data Final Informada
00010296319934025101	14000	1999	abr	Não
00085632419944025101	14000	1999	abr	Não
00186350719934025101	14000	1999	abr	Não
00244196219934025101	10999	1999	jun	Não
00239371719934025101	1003	2000	abr	Não
00064283419974025101	1003	2001	mar	Não
00093963719974025101	2001	2001	mai	Não
00190543219904025101	1999	2001	mai	Não
00480137619914025101	1001	2001	mai	Não
00594868819934025101	1005	2001	mai	Não

Os três processos com registro de suspensão mais antigos são Reclamações trabalhistas cujo Conflito de Competência foi remetido pelo Juízo ao E. STJ em 1999, porém restou infrutífera a tentativa de consulta ao sítio do STJ pela equipe de correição (informação de “processo não encontrado”).

No sistema APOLO constam, também paralisados 10 processos suspensos em 2003 e 2009 para cumprimento de precatório:

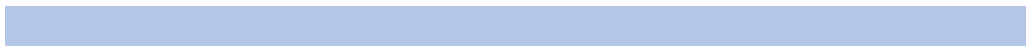
00430472619984025101
00590692819994025101
00060916920024025101



07374394019004025101
00061704820024025101
00566252219994025101
00573718419994025101
00240144520014025101
00431235019984025101
01626607419004025101

Assim, sugere-se verificar se permanecem os motivos que ensejaram a suspensão dos processos sobrestados há mais de 5 anos, devendo a unidade diligenciar no STJ o resultado do julgamento dos Conflitos de Competência relativos às Reclamações Trabalhistas nº 00010296319934025101, 00085632419944025101 e 00186350719934025101, suspensas desde o ano 1999, bem como dar andamento aos 10 (dez) processos paralisados em 2003 e 2009 para cumprimento de precatório.

Sugere-se, ainda, estabelecer rotinas mensais automatizadas para verificação dos processos com prazos de suspensão vencidos, bem como, uniformizar a anotação do motivo preciso da suspensão, com a vinculação dos feitos ao processo-paradigma na ferramenta disponível no APOLO (aba Paradigmas – opção Associar Processos), quando oportuno, adotando-se a boa prática de registrar no sistema de acompanhamento processual prazo para reativação automática dos feitos para revisar se permanecem vigentes os motivos da suspensão.





12. RPVs E PRECATÓRIOS

A unidade correccionada enviou 60 precatórios e 303 requisitórios de pequeno valor (RPVs) nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (janeiro a dezembro/2017).



13. BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

O registro, guarda e destinação de bens apreendidos e/ou acautelados tem extenso regramento normativo, podendo ser destacados as Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; o Manual de Bens Apreendidos do CNJ, de 2011; a Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005; e arts. 203, 204 e 242 a 247 da CNCR. Não foram detectadas irregularidades ou registrado acautelamento de bens de conteúdo econômico expressivo no sistema APOLO. A Secretaria não possui cofre para acautelamento de material.



14. LIVROS E PASTAS

O órgão correccionado dispõe dos livros obrigatórios descritos no art. 148, CNCR, a saber:

- 1) Ponto;
- 2) Carga de autos a Advogados, partes e auxiliares do Juízo;
- 3) Entrega de autos aos setores administrativos de apoio;
- 4) Entrega de autos às partes sem traslado;
- 5) Carga ao MPF;
- 6) Reclamações e inspeções

Todos os livros estão regulares, ausentes rasuras e todas as folhas estão rubricadas e numeradas, exceto as pastas de suspensão condicional da pena e do processo e a de atos de plantão, que não havia numeração nas folhas.

15. INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA

A 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro fica no 4º andar do anexo II do edifício localizado na Avenida Rio Branco, 243, no centro da cidade, com boas instalações físicas, bem conservadas e limpas.

Na entrada do prédio, há um balcão para os agentes de segurança da Justiça Federal e da equipe de segurança da empresa terceirizada, detectores de metais e controle de acesso dos funcionários e jurisdicionados.

O balcão de atendimento ao público externo é bem acessível, com mural para orientação do público.



A sala da Secretaria da Vara é ampla, mas o *lay-out* não é muito funcional, em razão de ainda existirem diversos armários de metal com processos físicos. Mesmos assim, o mobiliário tem divisão razoável e está em bom estado de conservação. Não foi constatado mofo ou poeira no ambiente. Banheiros limpos e organizados. Mesas e cadeiras, embora não sejam todas novas, são adequadas, segundo os padrões da Justiça Federal. Existe uma pequena copa para refeições.



Os Gabinetes do Juiz Federal Titular e Substituto, são amplos, com mesas, poltrona, estante, frigobar e banheiro privativo.

A sala de audiências e o setor de apoio aos gabinetes também são funcionais e adequados aos padrões da justiça.



A refrigeração em todo prédio é feita através de sistema de ar condicionado central, o que torna a temperatura de todos os ambientes bem agradável.

Na parte de informática, são 20 computadores, todos com 2 monitores em LCD). A velocidade de conexão de dados, verificada em um dos computadores da secretaria, em sites especializados, resultou em 40,1 Mbps para “download” e 58,6 Mbps para “upload”. São 3 impressoras lexmark grandes e 01 Samsung multifuncional com Scanner.

Os servidores e estagiários têm em suas mesas equipamentos de proteção contra doenças ocupacionais e apoio para os pés.



**16. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR**

O processo relativo à Correição Ordinária anterior (Nº 0900289-85.2015.4.02.0000, SIAPRO), realizada de 23 a 27/11/2015, foi arquivado em 18/11/2016 sem pendências às recomendações anteriores desta Corregedoria, a seguir listadas, comunicadas à unidade jurisdicional em 07/01/2016 (Ofício TRF2-OFI-2016/00145):

1. - *Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, atentando para os processos listados nos itens respectivos deste relatório;*
2. - *Dar o devido andamento aos processos de verificação obrigatória;*
3. - *Verificar e, se for o caso, retificar a situação dos réus presos vinculados ao mandado de segurança nº 0012077-57.2009.4.02.5101;*
4. - *Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias, bem como aos conclusos com prazo vencido;*
5. - *Regularizar a situação das petições pendentes de juntada, especialmente a petição de fevereiro de 2015, referente ao processo nº 00050600920054025101;*
6. - *Verificar os processos sob sigilo/segredo de justiça, uma vez que foram encontrados, na amostra analisada, processos sem ordem judicial determinando o sigilo;*
7. - *Regularizar a situação dos documentos relativos ao cumprimento de ordem;*
8. - *Verificar e cobrar a devolução dos processos remetidos aos órgãos externos com prazo de devolução vencido;*
9. - *Evitar que as próximas sentenças proferidas sejam classificadas como “vazias”, promovendo-se o preenchimento de todos os campos do sistema Apolo (campo 'tipo', no canto direito da página) quando do registro do movimento de conclusão;*
10. - *Classificar corretamente as sentenças, tendo em vista que o tipo de sentença registrada no sistema Apolo deve corresponder ao tipo lançado no corpo da sentença, conforme prevê artigo 5º, parágrafo único, da Resolução CJF nº 535/2006;*
11. - *Evitar que o motivo de suspensão seja classificado como “vazias”, promovendo-se o preenchimento de todos os campos do sistema Apolo (campo 'tipo', no canto direito da página) quando do registro de suspensão do processo;*
12. - *Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, sem tal fase informada;*
13. - *Promover o preenchimento de todos os campos no sistema Apolo quando do registro da constrição de bens, efetuando a atualização progressiva dos registros, nos moldes dos artigos 204, 356 e 357, parágrafo único, todos da CNCR;*
14. - *Promover o registro dos bens apreendidos/acautelados no sistema Apolo, observando o preenchimento de todos os campos, conforme dispõe o artigo 203 §§ 1º e 2º c/c o artigo 242, caput, ambos da CNCR. Efetuar o registro das informações de inserção obrigatória, bem como a atualização*



progressiva dos registros ao longo do tempo, nos moldes dos artigos 204 e 242, § 2º, da mesma Consolidação;

- 15.- *Ocorreu crescimento do acervo da Vara, ao contrário de outros juízos de competência e localidade similares, aspecto que deve ser analisado, de modo a ser revertido, já que reflete desempenho aquém do desejado.*



17. BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS

Não foram identificadas ou relatadas boas práticas.



18. COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES

Sugere-se ao órgão correccionado, no prazo de 30 dias:

1. priorizar o julgamento dos processos objeto das Metas nº 2 e 4 CNJ/2017 (itens 5.3.2 e 5.3.4);
2. incluir a meta CNJ de conciliação entre os objetivos mensais a serem alcançados (item 5.3.3);
3. estabelecer estratégia de gestão para elevar a quantidade de processos baixados em relação aos casos novos em execução (item 5.3.5);
4. informar a data do trânsito em julgado na respectiva certidão (item 5.3.5);
5. priorizar a prolação de sentença nos 25 processos conclusos além do prazo de 180 dias (art. 227, III, CNCR), e como proferir as decisões e despachos conclusos além dos prazos 60 e 30 dias (227, I e II, CNCR) – item 6.3;
6. utilizar planilhas eletrônicas para controle de tarefas preparatórias de audiências como a divulgada na 3ª Mostra de Práticas Inovadoras da SJRJ (ano 2014) promovida pela Seção Capacitação da SJRJ e compartilhada pelos servidores, conforme notícia disponível em <https://intranet.jfrj.jus.br/antena-jus/noticia/4a-mostra-de-praticas-inovadoras-abre-espaco-para-novas-ideias> (item 6.4);
7. registrar a abertura de conclusão para sentença após triar os feitos oriundos do processamento na Secretaria (mensal, semanal ou diariamente, conforme as possibilidades do Juízo), de forma que não permaneçam paralisados por longo período processos não aptos para julgamento (item 8.2);
8. identificar e movimentar os processos não conclusos que aguardam movimentação pela Secretaria do Juízo além dos prazos estabelecidos na CNCR (art. 228) – item 9.3;
9. regularizar as petições com cadastro antigo apontadas como pendentes no Painel de Indicadores da Corregedoria (item 9.4);
10. Regularizar os processos com carga além dos prazos legais: (i) cobrando das partes e órgãos externos a restituição dos autos; (ii) realizando movimento de recebimento no APOLO nos processos físicos já restituídos; e (iii) finalizando as remessas de autos eletrônicos cujos prazos para vista já tenham expirado (item 9.5);
11. verificar se permanecem vigentes os motivos que ensejaram a suspensão dos processos sobrestados há mais de 5 anos, devendo a unidade diligenciar no STJ o resultado do julgamento dos Conflitos de Competência relativos às Reclamações Trabalhistas nº 00010296319934025101, 00085632419944025101 e 00186350719934025101, suspensas desde o ano 1999, bem como dar andamento aos 10 (dez) processos paralisados em 2003 e 2009 para cumprimento de precatório (item 11);



12. estabelecer rotinas mensais automatizadas para verificação dos processos com prazos de suspensão vencidos, bem como, uniformizar a anotação do motivo preciso da suspensão, com a vinculação dos feitos ao processo-paradigma na ferramenta disponível no APOLO (aba Paradigmas – opção Associar Processos), quando oportuno, adotando-se a boa prática de registrar no sistema de acompanhamento processual prazo para reativação automática dos feitos para revisar se permanecem vigentes os motivos da suspensão (item 11);





19. ENCERRAMENTO

Tudo verificado, submeto a Vossa Excelência o presente relatório, elaborado pelos servidores da Corregedoria Regional RENAN GIUSTI BARBOSA, FREDERICO LOURENÇO RIBEIRO, ANDRE LUIZ SANTOS AMARAL, CARLOS CÉSAR DE SOUZA DINIZ, revisado e subscrito por FABIO ALDROVANDO, Assessor Judiciário, matrícula 15.939, nesta data.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2018.

FABIO ALDROVANDO

Assessor Judiciário



JUSTIÇA
FEDERAL **TRF2**

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região
Correição Ordinária na 05V-F-RJ – 15 a 19/01/2018

TRF2
Fls 127